

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 5908/2022-PGJ, DE 28.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Convocar os membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, André Luiz de Godoy Marques, Candy Hiroki Cruz Marques Moreira, Cristiane Mourão Leal Santos, Evaldo Borges Rodrigues da Costa, Fabricia Barbosa Lima, Fabricio Secafen Mingati, Felipe Almeida Marques, Filomena Aparecida Depólito Fluminhan, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, Hudson Shiguer Kinashi, Janaina Scopel Bonatto, Jean Carlos Piloneto, José Luiz Rodrigues, Jui Bueno Nogueira, Juliane Cristina Gomes, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, Livia Carla Guadanhim Bariani, Luciana Moreira Schenk, Marcos Martins de Brito, Mayara Santos de Souza, Michel Maesano Mancuelho, Murilo Hamati Gonçalves, Paulo Henrinque Mendonça de Freitas, Regina Dörnte Broch, Ricardo Benito Crepaldi, Rodrigo Yshida Brandão, Rogério Augusto Calábria de Araújo, Sérgio Fernando Raimundo Harfouche, Thiago Barile Galvão de França e Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, fiscalizarem a prova preambular do **XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, a ser realizada na data de **04 de dezembro de 2022** (Domingo), às **12h00min**, Centro Universitário UNIGRAN CAPITAL, localizado na Rua Abrão Júlio Rahe, nº 325– Centro, Campo Grande/MS.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1307/2022-PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2017/2018	5	23 a 27.1.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1309/2022-PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Eduardo FonticIELha de Rose, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	6 a 15.3.2023	GOZO	SIM
2021/2022	10	24.4 a 3.5.2023	GOZO	NÃO
2021/2022	10	12 a 21.6.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1356/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça João Meneghini Girelli, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	23.1 a 1.2.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1340/2022/PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Helen Neves Dutra da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	10 a 19.4.2023	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1351/2022/PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Cristiane Barreto Nogueira, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	15	16 a 30.1.2023	GOZO	SIM
2021/2022	15	2 a 16.5.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1357/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paula da Silva Volpe, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1352/2022/PGJ, DE 8.11.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	5	7 a 11.11.2022	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 5725/2022-PGJ, DE 21.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Promotoria de Justiça de Nioaque, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Anastácio, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 4 a 11.11.2022, em razão de afastamento do servidor Alex Hernandez Barboza, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5749/2022-PGJ, DE 22.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Cristiano Lopes Baes, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Procuradoria-Geral de Justiça e designado para prestar serviços no Departamento de Engenharia, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Manutenção e Suporte no período de 16 a 25.11.2022, em razão de afastamento do titular, Bruno Dantas Sanchez.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5750/2022-PGJ, DE 22.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Bruno Angelo Castelete, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 21.11.2022, em razão de afastamento da servidora Elisman da Costa Vargas, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5757/2022-PGJ, DE 22.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Marilucy Vasconcelos Cavalcante Antoniassi, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Fátima do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 9 a 27.1.2023, em razão de afastamento do servidor Everaldo Almeida dos Santos, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5810/2022-PGJ, DE 25.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Camila Castro Ramos, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça no período de 16 a 25.11.2022, em razão de afastamento da titular, Cristhiane Bergmaier.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5811/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça e à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca no dia 11.11.2022 e no período de 16 a 25.11.2022, em razão de afastamento da servidora Fernanda Fabrini Silva, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5812/2022-PGJ, DE 25.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 25.11.2022, em razão de afastamento do servidor Rafael Assef Vieira, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5813/2022-PGJ, DE 25.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 25.11.2022, em razão de afastamento do servidor Paulo Barbiero Dorigão, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5845/2022-PGJ, DE 25.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Promotoria de Justiça de Angélica, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 16 a 25.11.2022, em razão de afastamento do servidor Roberson Rosalin de Freitas, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5847/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Keila Fabrícia Gongora Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 7 a 11.11.2022, em razão de afastamento da servidora Priscilla Nóbrega Coelho, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5749/2022-PGJ, DE 22.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Cristiano Lopes Baes, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Procuradoria-Geral de Justiça e designado para prestar serviços no Departamento de Engenharia, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Manutenção e Suporte no período de 16 a 25.11.2022, em razão de afastamento do titular, Bruno Dantas Sanchez.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5751/2022-PGJ, DE 22.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Lucas Sanches Tizzo, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Inocência, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 16 a 25.11.2022, em razão de afastamento da servidora Livia Menezes Simão, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5814/2022-PGJ, DE 25.11.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 25.11.2022, em razão das férias do servidor Paulo Barbiero Dorigão, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1545/2022/PGJ, DE 25.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Gina de Rezende Matias, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença casamento, no período de 16 a 23.11.2022, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 22ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2022.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002918-3.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010517-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003566-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002806-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003279-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003231-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007635-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001705-1.

3. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003164-5.

4. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005606-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001236-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001280-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003096-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003098-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003858-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005528-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005916-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003875-3.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005070-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006808-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006817-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007769-4.

**6. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002534-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001551-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003094-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003159-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002920-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003395-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003822-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005301-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005902-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005712-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006575-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002528-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004418-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004426-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005008-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006415-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006641-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006664-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007111-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007790-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008205-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008030-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007841-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002661-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004242-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001858-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001907-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002616-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002653-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003436-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005348-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006958-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000953-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007623-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007353-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007117-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007024-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006336-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006332-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005306-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004656-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004461-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002927-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002554-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002046-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001508-6.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001426-1.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

**1.2.1. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00010301-0:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001114-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000895-9.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002104-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000885-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002203-1.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000048-9.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000372-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000373-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000407-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000431-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000670-6.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000881-5.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000975-8.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000971-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001032-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001090-0.

1.2.2. CONSELHEIRO AROLDÓ JOSÉ DE LIMA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00010304-3:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00002355-9.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000880-0.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001986-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002303-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001053-9.

**31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001910-8.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000374-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000406-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000671-7.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000612-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000770-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000987-0.

10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001100-9.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001102-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001111-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000689-7.

1.2.3. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00010303-2:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000523-9.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002254-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2017.00002387-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002311-9.

29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001625-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000319-3.

7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000450-8.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000577-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000625-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000744-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000760-5.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000900-3.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000909-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000957-0.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000977-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000995-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000996-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001033-2.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001261-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Albino Coimbra Pedra

Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação de origem nativa sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na "Fazenda São Francisco", situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000001-1

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os impactos ambientais causados no "Córrego Reveilleau" pela obra de drenagem e implantação de bacia de retenção na confluência das Avenidas Hiroshima e Mato Grosso, em Campo Grande.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001475-7

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Dionilda Nunes da Silva Carneiro Assis

Assunto: Apurar o desmatamento de 11,28 hectares de vegetação nativa integrante do Bioma Mata Atlântica, segundo mapeamento do IBGE (art. 2º da Lei Federal 11.428/06), na Fazenda Santa Virgínia, em Amambai, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 124/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) Fazenda Santa Virgínia.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000532-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de omissão da Administração Municipal na gestão de via pública na área rural.

**2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000236-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual PJ da Comarca de Porto Murtinho

Requerido: José Hermílio Curado

Assunto: Apurar eventual desmatamento de 9,41 hectares de vegetação nativa, em área consolidada e remanescente de vegetação nativa, ocorrido entre 09/06/2016 e 23/11/2017, sem autorização da autoridade ambiental competente, na Fazenda Novo Milênio, em Porto Murtinho.

Advogado: Marcelo Fernandes de Carvalho - OAB/MS nº 8547-B.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000389-7

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível violação aos princípios que regem a administração pública no que tange ao processo licitatório e execução do contrato firmado com a empresa Mari Dalva, para elaboração de estudos e projetos.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001044-3 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000310-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alcindo Teodoro de Carvalho

Assunto: Apurar desmatamento de 17 hectares em área de Reserva Legal e Ocupação Agrossilvipastoril, na Fazenda Dois Irmão, em Pedro Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 627/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental)

5. Inquérito Civil nº 06.2022.0000556-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Valdemir Martinelli

Assunto: Apurar o desmatamento de 3,43 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Baía Morena, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 29/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001708-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Adotar as providências cabíveis para o ressarcimento dos valores impugnados ao erário, os quais atingem o montante de R\$ 2.110.994,46 (dois milhões cento e dez mil novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos) conforme constatado no acórdão do TCE/MS, no bojo do Processo TC/MS nº 11629/2013.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000477-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Neodir Alves Borba e Prefeitura Municipal de Batayporã/MS

Assunto: Apurar possível irregularidade na construção da galeria implantada pela Prefeitura Municipal de Batayporã/MS, com o objetivo de canalizar a água da "Lagoa do Sapo".

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000128-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar



Assunto: Apurar o irregular despejo de esgoto pela empresa Sanesul S.A em "Córrego sem Denominação, localizado na Rua dos Heróis, Vila Carolina na cidade de Jardim/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000849-2 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001095-3

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade urbanística consistente na falta de manutenção da pavimentação asfáltica das vias públicas da cidade de Dourados/MS, que estão sendo tomadas de buracos e deformidades tornando as ruas intransitáveis e obstaculizando o tráfego de veículos no município, bem como atentando contra a própria dignidade física dos munícipes, bem como colher informações, depoimentos, documentos e outras provas para elucidação da verdade, adequação dos fatos à legislação em vigor e eventual imposição das penalidades legais.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000224-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cesar Stein Minhos

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Chácara Pingo D'água, localizada no Lote 103 do Assentamento Conceição, conforme Parecer n. 139/2016/NUGeo (Operação "Cachorro-Vinagre").

Advogado: Paulo Renan Pache Corrêa OAB/MS nº 13.961

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002147-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Noêmia Silva Aguiar Cavalheiro, Aldiney Aparecido Silva Cavalheiro e Noeder Silva Cavalheiro

Assunto: Investigar a ocorrência de desmatamento ilegal em imóvel rural denominado Fazenda Nossa Senhora Aparecida, bem com a regularidade na instituição de sua respectiva área de reserva legal e conservação das áreas de preservação permanente e do solo.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000070-8

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Rafael Frainer

Assunto: Apurar a existência de dano ambiental em lote urbano situado no endereço Estrada NS 7 Lote 08, G 40, sob a inscrição imobiliária n. 23550100088.

9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000569-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hermogênio Dorazio Júnior

Assunto: Apurar a ausência de 148,26 hectares para a composição de Reserva Legal de modo a atender o mínimo legal de 20%, bem como a ausência de 19,02 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs), e ausência de 6,65 hectares de vegetação arbórea densa na Área de Preservação Permanente, com base no Cadastro Ambiental Rural nº 0005937, na Fazenda São Nicolau, em Naviraí/MS, conforme Parecer n. 005/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Curupaí).

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000950-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sidney Ivo Gerlack e Sidemar Antonio Gerlack

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do déficit de 48,86 hectares para compor os 20% da área de Reserva Legal, na Fazenda Flecha Dourada, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Programa SOS Rios – Projeto Córrego Engano. Parecer nº 035/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS.

**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00000621-0**

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apuração das irregularidades no fornecimento de transporte aos pacientes com insuficiência renal crônica do Município de Porto Murtinho para a realização de hemodiálise em outros municípios.

12. Inquérito Civil nº 06.2019.00001139-3

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Maria Faustina Vilhalva Ramos.

Investigada: Silvana Vieira do Nascimento - MEI (Conveniência e Tabacaria RR)

Assunto: Apurar a prática de desordem, algazarra e barulho decorrentes da atividade de venda de bebidas alcoólicas da Conveniência e Tabacaria RR, em ofensa às normas do Código de Posturas Municipal.

13. Inquérito Civil nº 06.2019.00001720-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e outros

Requerido: Rodolfo Celso de Camargo

Assunto: Apurar desmatamento de 4,87 hectares em área integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Curitiba, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.130/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Fazenda Curitiba.

14. Inquérito Civil nº 06.2020.00000216-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ricardo José Vicente e Eliane Ribas Vicente

Assunto: Apurar desmatamento de 28,65 hectares de vegetação nativa em área de Savana Florestada Arborizada, na Fazenda Baía Formosa, em Rio Verde de Mato Grosso, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 589/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

15. Inquérito Civil nº 06.2021.00000528-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdenir Aparecido Souza

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da “Fazenda Nossa Senhora Aparecida”, pertencente a Valdenir Aparecido de Souza, a partir de informações colhidas pelo Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental, por ocasião da execução do Programa “SOS Rios”.

16. Inquérito Civil nº 06.2021.00001198-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas contratações de servidores do Município de Angélica.

17. Inquérito Civil nº 06.2021.00001494-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roglio Logística Ltda.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental em decorrência do derramamento em solo de aproximadamente 5.000 (cinco mil) litros de metanol na Rodovia BR 163, km 838, próximo ao Posto Fiscal de Sonora/MS, pela empresa Roglio Logística Ltda."

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000908-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerida: Câmara Municipal de Ponta Porã

Assunto: Apurar a metodologia adotada pela Câmara de Vereadores de Ponta Porã quanto à remuneração no período de licenças saúde e afastamentos dos servidores comissionados após o 16º dia de afastamento, considerando que os ocupantes dos cargos de provimento em comissão se submetem ao Regime Geral de Previdência Social.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001307-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edemilson José Holler

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente na liberação ilegal de veículo apreendido durante tramitação do Inquérito Policial nº 0000398-55.2015.8.12.0019.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000620-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Mônica Franco de Godoy Falcone

Assunto: Apurar o déficit de 93,15 hectares em área de Reserva Legal de modo a atender o mínimo de 20%, bem como a ausência de 233 hectares de vegetação arbórea densa em áreas delimitadas como Reserva Legal (fora da APPs) e a ausência de 13 hectares de vegetação arbórea densa nas Áreas de Preservação Permanente na Fazenda Santa Maria, em Angélica/MS, conforme parecer nº 017/2021 CEIPPAM/LASANGE – UEMS (Programa SOS Rios – Projeto Córrego Engano).

4. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000535-5 – SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Nioaque

5. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000817-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco Pirolli – Prefeito Municipal de Sete Quedas/MS

Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente na contratação temporária, em tese, ilegal de Thais Hara Ribeiro para exercício do cargo de Enfermeira.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDO JOSÉ DE LIMA:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000924-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adilson Geib

Assunto: Adotar providências relativas aos danos ambientais autuados na Fazenda Sertanejo pelo uso do fogo na área do dano, considerando a soma das duas áreas afetadas que juntas totalizaram 1,16 hectares e na fração 0,16 hectares, Conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 71/4ªCIA/BPMA/2021 na Fazenda Sertanejo.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002162-1

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá/MS

Assunto: Apurar as irregularidades encontradas nos cadastros e registros dos imóveis do Loteamento Cristo Redentor, em Corumbá/MS, uma vez que os dados constantes nos registros do Órgão competente da Municipalidade não correspondem aos constantes no Serviço Registral Imobiliário. Decorrente da migração digital do IC 029/2014.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001356-5 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001104-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Admilson Santos da Silva

Requeridos: Fabrício Martins Alves, Município de Camapuã – MS e Frederico Fukagawa de Ribamar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no recebimento de valores por parte da empresa Fabrício Martins Alves - MEI, representada por Fabrício Martins Alves, advindos do município de Camapuã, referente a prestação de serviços de publicidade, sem o prévio e devido procedimento licitatório.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000259-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente comarca de Aquidauana

Requerente: Anônima

Requerido: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar o corte de várias árvores (angico branco, bocaiuva, ipê) na Igreja Matriz de Aquidauana (Imaculada Conceição), sem autorização do órgão ambiental competente.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000856-6

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Deodápolis

Requerentes: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e Kácia Iara Lencina Campos

Requerida: Agência do Banco do Brasil de Deodápolis/MS

Assunto: Apurar eventual violação a direito básico do consumidor consistente na adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral, ocasionado por violação à Lei Municipal nº 466/2005 e à Lei Estadual nº 2.085/00 pela agência do Banco do Brasil em Deodápolis/MS.

4. Inquérito Civil: 06.2021.00000427-4 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil: 06.2021.00000612-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Núcleo Ambiental, Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS

Requerida: Suely Aparecida Cazarotto

Assunto: Apurar a ausência da declaração de reserva legal e eventual área de preservação permanente no CAR da Estância Celeste, em Angélica/MS, conforme Parecer n. 063/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano).

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001137-0**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ajurycaba Cortez de Lucena

Assunto: Apurar a regularidade do desmembramento do solo realizado pelo requerido Ajurycaba Cortez de Lucena, em área de mata densa característica do bioma da Mata Atlântica, bem como do desmatamento realizado em duas chácaras, supostamente praticados por Júlio Cesar Kolling e Waldenir Santos Rodrigues.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000680-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Antônio João e Marcileide Harteman Pereira Marques

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa em razão do não cumprimento deliberado e injustificado das obrigações legais inseridas em cláusulas de acordo extrajudicial.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000823-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: André Menezes Vieira

Assunto: Apurar o armazenamento de 37 tábuas de madeira serrada e 33 palanques de aroeira, sem licença dos órgãos



ambientais, na Fazenda Santuário, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Relatório de Fiscalização Ambiental n.º 035/4ªCIA/BPMA/2021, e supressão de 5 árvores nativas da espécie Aroeira, localizada fora da área de reserva legal averbada, na Fazenda Santuário, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n.º 056/4ªCIA/BPMA/2021.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000426-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luiz Gustavo Mazzoni

Assunto: Apurar desmatamento de 0,58 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, na Estância Sombra da Serra, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 27/21 (Programa DNA Ambiental).

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000586-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Monique Giordanetti Souza Firmo

Assunto: Apurar possível captação de água de recurso hídrico sem autorização, para fins de encher um açude na Fazenda Monalisa, localizada na estrada que vai para Fazenda São Geraldo.

2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001606-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Renato Alves Ribeiro

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais na Fazenda Joaçaba, localizada no município de Bodoquena/MS, consistente em instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Advogado: Marcelo Fernandes de Carvalho – OAB/MS nº 8.547.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000318-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Renato Alves Ribeiro

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em suprimir área de vegetação nativa, em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na Fazenda Joaçaba, situada no município de Bodoquena/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002255-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Benedito Gonçalves

Assunto: Apurar desmatamento irregular de área de 89,15ha no imóvel rural denominado Fazenda Anhumas, de propriedade de Osvaldo Benedito Gonçalves, localizada no Município de Aquidauana/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001010-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: apurar eventuais irregularidades em contratação de consultório médico pelo Município de Paranaíba.

5. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00003845-7 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça Criminal Residual da comarca de Angélica

**2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001599-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade ou inconstitucionalidade na aprovação da Lei nº 01/2016, notadamente quanto à regularidade do aumento do subsídio, bem como sua viabilidade orçamentaria.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000630-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Enio Donato Ribeiro e Cleusa Maria Donato

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na propriedade do requerido noticiadas nos Autos de Infrações nº 23659, nº 23660 e nº 23661, bem como os documentos indicados ao Ofício nº 086-3ªBPMA/2017 e que àqueles constituem, bem como promover medidas necessárias à recuperação e à reparação ambiental.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000832-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Luciana da Silva Oliveira

Assunto: Apurar a possível ocorrência de dano ambiental consistente na instalação e operação de estabelecimento de lavagem de veículos de pequeno porte sem as caixas de separação de óleo e areais com os resíduos da lavagem lançados diretamente ao solo, na Chácara Recreio, Rodovia MS 141, km 03, Gleba Vitória, nesta cidade e Comarca de Ivinhema/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001586-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Celso Luiz Grande

Promotor de Justiça: William Marra Silva Júnior

Assunto: Apurar dano ambiental causado na Fazenda Ipê, na parte de propriedade de Celso Luiz Grande, às margens do rio Apa.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000540-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luísa Lecce Latronico e Raffaele Giuseppe Manzo

Assunto: Apurar as condições jurídico-ambientais na propriedade dos Requeridos, constatada durante a execução do Projeto SOS Rios – Córrego Engano.

AVISO Nº 082/2022/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência dos **recursos** nas seguintes **Notícias de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2022.00007833-8 - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Recorrente: João Irineu Guimarães de Souza - Recorrido: Ministério Público Estadual - Assunto: Apurar eventual irregularidade narrada em denúncia formulada pelo recorrente.

2) Notícia de Fato nº 01.2022.00008067-7 - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Recorrente: João Irineu Guimarães de Souza - Recorrido: Ministério Público Estadual - Assunto: Apurar eventual irregularidade narrada em denúncia formulada pelo recorrente.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE005577 DE 25.11.2022 DO PROCESSO 09.2022.00011576-1**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Youssif Amim Youssif.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 07/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de açúcar refinado, a fim de atender à divisão de almoxarifado.

Valor: R\$ 5.150,00 (cinco mil cento e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE005577 de 25.11.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 09.2022.00011043-3

Amparo legal: Inciso XXII, artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A.

Valor estimado total: R\$ 251.134,06 (duzentos e cinquenta e um mil cento e trinta e quatro reais e seis centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE005597, de 25.11.2022, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Despesa com serviços de fornecimento de energia elétrica para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Justificativa: Por força do inciso XXII, artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, que rege ser dispensável a licitação na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica, verifica-se estarem atendidos todos os requisitos autorizadores necessários à contratação direta da Energisa, para fornecimento de energia elétrica para atender a demanda deste *Parquet*.

Ratifica: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande-MS, 25 de novembro de 2022.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 141/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001383-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Zacarias Vieira de Andrade visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 23 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 142/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001371-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Prof.^a Maria Tereza Rodrigues – Extensão VIII visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 23 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 143/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001370-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI João Garcia Carvalho Filho visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 23 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 144/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001279-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Prof.^o João Cândido de Souza visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 23 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 145/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001278-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Irmã Edith Coelho Netto visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 23 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 146/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001364-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Ipiranga visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 147/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001357-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profº Antônio Lopes Lins – Extensão V visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 148/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001355-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Felipe Sáfiadi Alves Nogueira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 149/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001418-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profª Adélia Leite Krawiec visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 150/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001417-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profº Valdomiro Alves Gonçalves (antigo CEINF Aero Rancho II) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 151/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001415-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Eloy Souza da Costa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 152/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001354-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Dr. Tertuliano Meirelles – Extensão V visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 153/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001353-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Fátima de Jesus Diniz Silveira (antiga EMEI Vila Nasser) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 154/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001352-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Margarida Maksoud Trad – Extensão IV visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 155/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001351-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Eleodes Estevan visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 156/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001350-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Dom Antônio Barbosa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 157/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001350-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Cordeirinho de Jesus visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 158/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001348-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Conjunto União visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 159/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001346-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Cláudio Marcos Mancini visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 160/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001344-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Campo Verde visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 161/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001343-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Botafogo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 162/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001342-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Bem Te Vi visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 163/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001340-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Athenas Sá Carvalho visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 164/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001339-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Aloína de Oliveira Soares visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 165/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001338-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Alba Lúcia Spengler dos Santos Pereira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 166/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001337-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Aglair Maria Alves visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 167/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001335-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Demosthenes Martins visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 168/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001281-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profº Licurgo de Oliveira Bastos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 25 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº 0005/2022

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00001005-8, que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001005-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Patrícia Maria Serraglio do Carmo

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do corte de 200 m³ de árvores nativas isoladas, em uma extensão de 252,0505 hectares, na Fazenda Espigão, em Jateí/MS, efetuado sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de infração n. 9670/2022 e Laudo de constatação n.12666/2022.

Fátima do Sul/MS, 28 de novembro de 2022.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 019/2022/3ªPJ-SDN

EXTRATO: ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - ANPC

Inquérito Civil n.º 06.2020.00001028-3

Extrato de Acordo de Não Persecução Cível – ANPC, celebrado em 07/04/2022 entre o Ministério Público Estadual, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS e Henrique Rodrigues Scherer, referente aos fatos constantes no Inquérito Civil n.º 06.2020.00001028-3, disponível para consulta do conteúdo integral na 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, localizada na rua Espírito Santo, n.º 1.383, bairro Centro, CEP 79.170-000, telefone (67) 3272-1637. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Sidrolândia/MS, 23 de novembro de 2022.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 020/2022/3ªPJ-SDN

EXTRATO: ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - ANPC

Inquérito Civil n.º 06.2020.00001028-3

Extrato de Acordo de Não Persecução Cível – ANPC, celebrado em 13/04/2022 entre o Ministério Público Estadual, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS e George Tsutomu Kimura Nakasima, referente aos fatos constantes no Inquérito Civil n.º 06.2020.00001028-3, disponível para consulta do conteúdo integral na 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, localizada na rua Espírito Santo, n.º 1.383, bairro Centro, CEP 79.170-000, telefone (67) 3272-1637. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Sidrolândia/MS, 23 de novembro de 2022.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 021/2022/3ªPJ-SDN**

EXTRATO: ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - ANPC

Inquérito Civil n.º 06.2020.00001028-3

Extrato de Acordo de Não Persecução Cível – ANPC, celebrado em 13/04/2022 entre o Ministério Público Estadual, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS e Aristeu Katsumi Mitani, referente aos fatos constantes no Inquérito Civil n.º 06.2020.00001028-3, disponível para consulta do conteúdo integral na 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, localizada na rua Espírito Santo, n.º 1.383, bairro Centro, CEP 79.170-000, telefone (67) 3272-1637. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Sidrolândia/MS, 23 de novembro de 2022.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL N° 0034/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00001171-3, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, n.º 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2022.00001171-3

Requerente: Ministério Público

Requerido: Antonio Alves Santos; Leonardo Alves Santos; José Ronaldo Alves Santos; Bonifácia Alves Santos; José Alves Santos; Wilson Alves Santos.

Assunto: Apurar o desmatamento de 20,9266 hectares de árvores isoladas, bem como o desmatamento remanescente de 38,8467 hectares, na Fazenda Flor do Vale, antiga Fazenda Espírito Santo, em Batayporã/MS, sem autorização do órgão competente, conforme o Auto de Infração/IMASUL n. 9310/2022.

Batayporã, 25/11/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0035/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00001112-4, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, n.º 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2022.00001112-4

Requerente: Ministério Público

Requerido: Fidelcina Alves Barbosa

Assunto: Apurar a ausência de construção de cercas para isolamento da Área de Preservação Permanente do Rio Baía a fim de impedir o acesso de animais bovinos em seu interior, na Fazenda Santa Vergínia, em Batayporã/MS, em descumprimento à Notificação n. 4964, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n. 038/3ºGPM/1ºPEL/5ªCIA/BPMA/2022.

Batayporã, 25/11/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0036/2022/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00001111-3, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001111-3

Requerente: Ministério Público

Requerido: Luiz Alberto Siqueira Cristovão

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,7710 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Divino Espírito Santo e Bom Jesus, em Taquarussu/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração/IMASUL n. 008539/2021.

Batayporã, 25/11/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0037/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00001099-1, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001099-1

Requerente: Ministério Público

Requerido: Vanderlei Gonzaga da Silva

Assunto: Apurar a ocorrência de ilícito ambiental, consistente na queima controlada de galhadas, em desacordo com a legislação ambiental vigente, tendo em vista que está em vigor a Portaria IMASUL n. 1.101, de 03 de junho de 2022, que suspende até o dia 31/12/2022 a queima controlada, mesmo em posse da respectiva licença ambiental, cometido por Vanderlei Gonzaga da Silva.

Batayporã, 25/11/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0038/2022/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00001098-0, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001098-0

Requerente: Ministério Público

Requerido: Maria Lucia da Silva

Assunto: Apurar a ocorrência de ilícito ambiental, consistente na criação de animais silvestres da fauna brasileira em desacordo com a legislação ambiental vigente, por parte de Maria Lúcia da Silva.

Batayporã, 25/11/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça